

A IMPORTÂNCIA DA PASSAGEM “O HOMEM É UM ANIMAL POLÍTICO POR NATUREZA” PARA O NATURALISMO POLÍTICO ARISTOTÉLICO

MARINA LEAL BARÃO¹;
JOÃO HOBUSS²

1. INTRODUÇÃO

Ainda hoje é discutido se a tese naturalista de Aristóteles encontrada em (1998, 1253a 3-5) de que o homem é, por natureza, um animal político implica na naturalidade da *pólis*. Este é um impasse e ponto de divergência entre diversos especialistas e comentadores da filosofia política aristotélica como (KEYT, 1987; MILLER, 2012; YACK, 1993, CHAN, 1992). David Keyt aceita a tese de que a animalidade política do homem desencadeia uma *pólis*, mas é descrente de que por este motivo ela seria natural. Ele defende uma noção de artificialidade da *pólis* baseado em uma noção de natureza encontrada na *Física*. Keyt argumenta que se natural é aquilo que tem seu crescimento e sua mudança em si mesmo como o conceito de natureza encontrado na *Física*, então a *pólis* não seria natural, porque ela é estabelecida a partir da racionalidade prática do homem quando este elabora uma constituição. Se para a *pólis* ser caracterizada como natural ela precisa que o princípio de mudança e movimento estejam nela mesma, nos parece, então, que a *pólis* é natural porque o homem é uma parte do todo e sem ele jamais existiriam quaisquer tipos de comunidades políticas. Portanto, a *pólis* tem seu crescimento e mudança em si mesmo. Joseph Chan defende uma posição de que a *pólis* seria parcialmente natural e parcialmente artificial. Chan parece estar preocupado mais com o sentido filológico da tese do que com o sentido filosófico, pois ele mesmo afirma que é improvável que o próprio Aristóteles considerasse a *pólis* parcialmente natural e parcialmente artificial. Bernard Yack e Fred Miller parecem analisar o problema preocupando-se em estabelecer uma interpretação que esteja em harmonia com o pensamento aristotélico e afirmam que a *pólis* é natural porque ela é fruto da inclinação natural do homem – sua animalidade política - para viver em comunidade. O objetivo desta pesquisa é colaborar para um possível esclarecimento sobre se o fato do homem ser um animal político, como afirmou Aristóteles, implica ou não na naturalidade da *pólis*.

O fim do homem é a boa vida, o bem viver, o que Aristóteles também chama de *eudaimonia*. Este instinto é natural ao homem, porque naturalmente tendem a buscar a boa vida. Sendo o homem o único ser que possui *logos*, ou seja, capacidade para argumentar, refletir e questionar é também o único que consegue articular meios que possibilitem o alcance da *eudaimonia*. Essa é a razão pela qual o fato do homem ser um animal político acaba sendo o ponto de partida para o surgimento de instituições organizadas, como a *pólis*, porque possuem uma inclinação natural para bem viverem. Vale ressaltar que a formação de uma *pólis* é gradativa. Primeiro formam-se famílias, o acumulo de famílias em um determinado espaço dá formação as aldeias e um elevado número de aldeias leva a *pólis*. Uma *pólis* só é uma a partir da elaboração de uma constituição, que deve ser elaborada por um legislador virtuoso que esteja de fato preocupado com

¹ Universidade Federal de Pelotas. E-mail: marinabarao@live.com

² Universidade Federal de Pelotas. E-mail: joao.hobuss@gmail.com

o bem comum. Entretanto, como argumenta Aristóteles, se o homem só poderá ser autossuficiente em uma *pólis* que possibilite a realização de suas inclinações naturais é evidente que a *pólis* é anterior aos outros tipos de comunidades políticas, visto que fora dela o homem não é autossuficiente.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada consistiu em uma análise exegética das obras de Aristóteles e dos comentadores mais relevantes no que tange o problema abordado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tentou-se ao longo da pesquisa expor e dialogar com alguns dos comentários feitos por pesquisadores da filosofia política aristotélica sobre o problema do naturalismo político. Entendemos que a *pólis* é natural porque é desencadeada pelas inclinações naturais do homem para viverem em comunidade, com vista em um fim, a *eudaimonia*.

4. CONCLUSÕES

O fato do homem ser um animal político por natureza e ser dotado de razão é o princípio de formação das comunidades políticas, o que implica na naturalidade destas comunidades. Apesar de serem também fruto da racionalidade prática humana isso não torna a *pólis* artificial, porque a vida em comunidade é um meio para o alcance da boa vida. Os homens vivem em comunidade porque precisam de instituições bem organizadas que possibilitem a busca pelo bem viver, pela *eudaimonia*. Fica claro, então, que a *pólis* cresce naturalmente a partir do instinto natural do homem para viver em comunidade, porque é através da vida em comunidade que a busca pela *eudaimonia* torna-se possível.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

ARISTÓTELES. **The complet works of Aristotle** (The Revised Oxford Translation, J. Barnes, ed.). Princeton: Princeton University Press, 1984. 2 vols.

ARISTÓTELES. **Política** (edição bilingue). Vega, 1998.

YACK, B. **The problems of a Political Animal. Community, Justice, and Conflict in Aristotelian Political Thought**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1993

Artigo

CHAN, Joseph. Does Aristotle's Political Theory Rest on a "Blunder"? **History of Political Thought**. Vol. 13. Nº2 (Summer 1992), pp. 189-202

KEYT, David. Three Fundamental Theorems in Aristotle's Politic. **Phronesis: A Journal Ancient Philosophy**. XXXII. Volume 3, 1987, pp. 54-79.

MILLER, Fred. Aristotle's Political Theory. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2012, p. 1-20